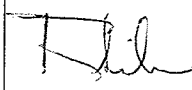
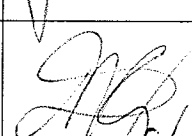
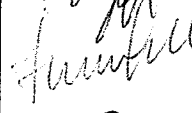


Ata da reunião – CGTIC

1 . Identificação da Reunião

Data da reunião: 24/06/2015	Horário de Início: 14:30	Local: Sala de reuniões do 3º andar, Núcleo da Qualidade.
Objetivo da reunião: APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS; DEFINIÇÃO DE PRIORIZAÇÃO DE SISTEMAS; PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DE INICIATIVAS DA STI;		

2 . Participantes da Reunião

Nome	Unidade	E-mails	Presença Ausência	Assinatura
RODRIGO LEANDRO DA SILVA	DG	rodrigo.silva@tre-go.jus.br	P	
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA FILHO	SAO	jose.filho@tre-go.jus.br	P	
DORY GONZAGA RODRIGUES	STI	dory.gonzaga@tre-go.jus.br	P	
MARCUS FLÁVIO NOLÊTO JUBÉ	SGP	marcus.jube@tre-go.jus.br	P	
FLÁVIA DE CASTRO DAYRELL	SJD	flavia.dayrell@tre-go.jus.br	P	
LIZIANE VENÂNCIO QUEIROZ	ASPEG	liziane.queiroz@tre-go.jus.br	P	
PAULO SÉRGIO TAIRA	ASPTI	paulo.taira@tre-go.jus.br	P	

3 . Deliberações

Iniciou-se a reunião, citando o sistema SIMPLES, sistema de gestão de pleitos, avaliado em visita técnica ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Citou-se que o sistema propõe uma interface harmônica intuitiva, além de apresentar funcionalidades que estão mais aderentes à nossa forma de atuação, em comparação aos do sistema PADLOG, utilizado por este Regional no acompanhamento do cronograma das eleições 2012. Também se mencionou como primordial o acompanhamento das ações relacionadas às eleições, enfatizando as dificuldades decorrentes da consolidação do acompanhamento desse processo por meio de reuniões para alinhamento.

As iniciativas de TI foram apresentadas em 4 blocos de atuação, a saber: Sistemas, Infraestrutura, Eleições e Planejamento e Gestão.

Inicialmente, foi apresentada a nova metodologia de desenvolvimento de sistemas, com a expectativa de composição de três equipes simultâneas de trabalho, contando com a recomposição do quadro de TI a ser suprida com a chegada de novos servidores para os cargos de técnico na especialidade programador de computador, após a homologação do último concurso público do tribunal.

Apresentou-se também como oportuno, relatar a necessidade de que a requisição de sistemas seja decorrente de processos já mapeados pelas unidades demandantes, para que a partir desse mapeamento, refletindo claramente as regras de negócio estabelecidas, possa ser definido o escopo e os benefícios a serem alcançados pela proposta de solução utilizando-se um sistema automatizado.

Posteriormente a essa apresentação, os membros do CGTIC analisaram a proposta dos 13 projetos de sistemas para elencá-los segundo uma prioridade de execução. Para tanto, ponderou-se aspectos relacionados com a complexibilidade do projeto, seus custos, além de sua importância para os objetivos da instituição. Desta forma, os projetos de sistema, após debate dos presentes, foram assim ordenados:

- 1º – Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJE;
- 2º – Sistema de Gestão dos Processos Eleitorais – SIMPLES;
- 3º – Sistema Frequência Nacional;
- 4º – Sistema TRE Processos - Consulta processual mobile;
- 5º – Sistema iPleno – Gestão de sessões plenárias
- 6º – Sistema de Informações dos Direitos Políticos – InfoDIP;
- 7º – Sistema de Gestão Financeira e Patrimonial;
- 8º – sistema de Diárias e Passagens;
- 9º – Portal da Transparência da Corregedoria;
- 10º – Sistema de Logística das Eleições – SIALE;
- 11º – Sistema de Gestão de Competências – GESCOMP;
- 12º – Padronização das interfaces dos sistemas web legados;
- 13º – Sistema de Registro de Autoridades Eleitorais – SRAE (Inclusão de módulo no SRAE);
- 14º – Sistema de gestão de Auxílio e Substituição nas Zonas Eleitorais;

Informou-se ainda que o sistema GEPLANES, já disponível para utilização neste Tribunal, e está em fase de testes pela Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão da DG, para apoio ao plano

estratégico e suas iniciativas. Desta feita, ressalta-se que se o sistema não atender às necessidades da área, a Assessora sugeriu avaliar a utilização de sistema de outro TRE em desenvolvimento.

Concomitantemente às iniciativas listadas supra, serão conduzidas as seguintes atividades, obedecendo os mesmos critérios do ranqueamento anterior:

Na parte de Eleições foi priorizada a realização das ações voltadas a consecução da

1º - Biometria 2015-16, pois as iniciativas de

2º - Gestão do Suporte às Urnas Eletrônicas.

2º - Gestão do Suporte aos Sistemas Eleitorais Informatizados.

Quanto a parte de Planejamento e Gestão foi priorizado:

1º - Projeto Eleições 2016;

2º - Mapeamento de processos de TI; e

3º - Sistema de Governança Corporativa de TI.

Finalizando a análise das iniciativas, na parte de Infraestrutura foi deliberado pela ratificação da priorização apresentada pela STI.

Na oportunidade, a Secretaria de Tecnologia da Informação informou que com a identificação biométrica do eleitor foi evidenciado o incremento da taxa de alguns incidentes técnicos nas Urnas Eletrônicas. Identificaram-se, nas Urnas Eletrônicas modelos 2009, 2011 e 2013, problemas de natureza técnica, em que o Tribunal Superior Eleitoral vem orientando os regionais a desempenharem uma série de testes para mitigar a ocorrência de tal situação. Ressalte-se que as urnas de modelo 2013 ainda não foram utilizadas em eleições com identificação biométrica, e que a utilização desses equipamentos nesse processo inspira maior atenção.

Também foi citada a adoção do ano de nascimento dos eleitores como chave para liberação da urna, em caso de não reconhecimento biométrico. Sendo assim, caso o eleitor não seja reconhecido biometricamente, caberá ao mesário solicitar e inserir, via dispositivo, o ano de nascimento desse eleitor. Essa data de nascimento não constará no caderno de votação. Após a inserção correta dos dígitos correspondentes ao ano de nascimento, o código desbloqueará a urna para o voto.

Ao fim da reunião, foi manifestado o interesse no desenvolvimento de um projeto de Videoconferências, que seria facilitador da comunicação entre as Zonas Eleitorais de Goiás e o Tribunal, além de impactar diretamente no custo com diárias e passagens. Nesse sentido, preliminarmente, considerou-se a necessidade de alguns aprimoramentos na conexão de Internet visando garantir estabilidade na comunicação, bem como da aquisição de caixas de som e microfones. Nesta esteira, considerou-se o a possibilidade de realizar um projeto-piloto, contemplando as dez Zonas Eleitorais Sedes da Comissão Permanente de Apoio à Estratégia e Integração das Zonas Eleitorais – INTEGRAZONAS.

